



O SOLIDÁRIO

Boletim do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa

Mario 2009

SIM, É POSSÍVEL!

UMA VIDA MELHOR

Aquilo a que se tem chamado, nos últimos anos, aumentos de salários (+1%, +2%, etc.) não têm sido, de facto, aumentos de salários pois os preços têm subido muito mais do que essas percentagens, ou seja, tem havido uma diminuição do salário real e é por isso que tem havido uma diminuição do consumo. O problema central da economia portuguesa, no imediato, só pode ser resolvido se se aumentar o poder de compra dos salários e das pensões para que aumente o consumo e, assim, haja necessidade de haver maior investimento na produção de bens e serviços/desenvolvimento económico em vez de estagnação/crise. Atentemos neste raciocínio e concluiremos que, ao contrário da ideia que nos querem “vender” de que a resolução da crise se faz com a diminuição dos salários, na verdade é exactamente o contrário e, portanto, nós trabalhadores só contribuiremos para a sua resolução se exigirmos o aumento dos salários reais.

O mesmo sucede com o emprego. **Não é com despedimentos que se resolve a crise. Se houver maior poder de compra e mais consumo serão precisos mais trabalhadores para produzir mais e a solução será empregar mais trabalhadores, começando logo por: 1) passar a efectivos os trabalhadores a prazo e com recibo verde que desempenham funções que são permanentemente necessárias às empresas; 2) respeitar os horários estabelecidos, não sobrecarregando quem trabalha, dar emprego aos jovens, deixar de haver trabalhadores que têm de ter dois ou três empregos para sobreviver. Eis aqui a política que o PCP propõe para Portugal e apela aos trabalhadores para que, connosco, lutem por ela — MAIS SALÁRIO, MAIS EMPREGO COM DIREITOS.**

Os problemas que enfrentamos, o salário que não chega, a sobrecarga de trabalho e outros, não são problemas pessoais, são problemas de todos os que trabalham neste país. Por isso só podem ser resolvidos pela unidade de todos, na organização e na luta, com o reforço do PCP, Partido que luta há 88 anos pelos direitos de quem trabalha.

PARTICIPA NA LUTA

25 DE ABRIL e 1º DE MAIO

O PCP teve um papel determinante para que chegasse finalmente o dia da liberdade e da justiça social e para as alterações profundas que se produziram com a revolução. Não é por acaso que hoje a consigna do PCP continua a ser **Por Abril, Pelo Socialismo, Um Partido Mais Forte.**

De 25 de Abril de 74 até aparecer o Governo PS/Mário Soares, intitulado de esquerda, o povo português viveu os melhores anos da sua vida

- Passou a haver obrigatoriamente salário mínimo nacional, férias e subsídio de férias, reforma e pensão de reforma, cabaz de compras e impedimento de serem aumentados os preços dos produtos essenciais.
- A retirada ao capital estrangeiro do controlo da economia portuguesa e a liquidação do poder dos monopólios, através das nacionalizações dos sectores chaves da economia. Só um exemplo do que isto significou para a elevação do nível de vida do povo português.

Continuação da pág. 1

- Centenas de milhar de pessoas passaram a beneficiar do passe social multimodal e criaram-se muitas dezenas de novas carreiras, fizeram-se chegar transportes a muitos lugares antes desprezados, fizeram-se fortes investimentos nas frotas rodoviárias

- A electricidade foi levada a mais 5.275 lugares e a mais de 400.000 pessoas.

Que o actual governo PS/Sócrates não diga agora que lamenta não poder resolver os problemas sociais porque eles se devem à crise internacional. Não é verdade.

Os problemas sociais começaram precisamente com o 10º Governo PS/Mário Soares, em 1977, de que, entre uma lista de 71 leis todas contrárias às conquistas de Abril, referiremos apenas:

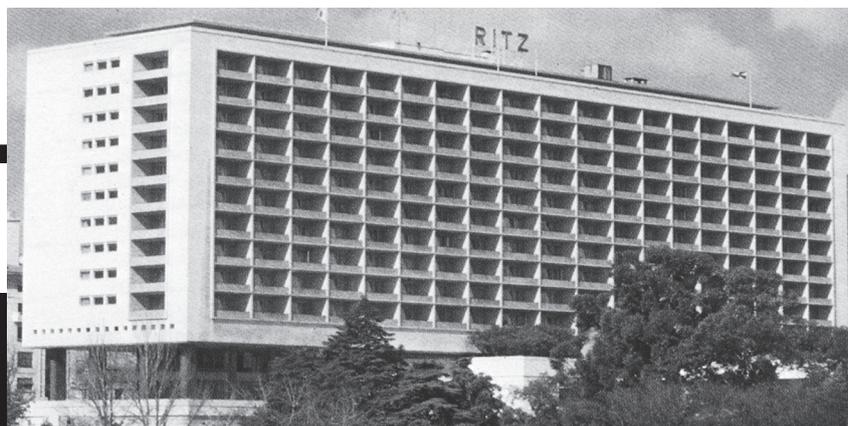
- Legalização dos contratos a prazo, do não cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, liberalização dos despedimentos colectivos sem direito a indemnização.
- Liberalização total dos preços e o fim do “cabaz de compras”.
- Diminuição da parte dos salários no rendimento nacional, aumento dos impostos, atingindo principalmente os trabalhadores, aumentos de miséria nas pensões.
- Decisão de destruir as 450 Unidades Colectivas de Produção criadas com a Reforma Agrária, que criaram 32.955 postos de trabalho para cultivar as terras antes abandonadas pelos latifundiários.
- Mais de 100 milhões de indemnizações para os especuladores de antes do 25 de Abril, controlo de sectores importantes da economia pelo capital estrangeiro.

É esta política, prosseguida não só pelo PS mas também pelo PSD e CDS, que os trabalhadores tem combatido, como no último 13 de Março. Esta política do PS/Sócrates não serve Portugal e a Revolução de Abril mostrou que era possível uma política de esquerda.

PARTICIPA NA LUTA - 25 DE ABRIL e 1º DE MAIO

Adere ao PCP!

HOTELARIA



Os trabalhadores da hotelaria, apresentaram os seus cadernos reivindicativos para 2009.

Salários; Férias; Horários de trabalho; Trabalho ao sábado e domingo; Fim do trabalho precário; Ritmos de trabalho nos andares; O respeito pelos CCT; Subsídios de transporte; Complemento do subsídio de doença; Seguro de saúde; Melhoria na alimentação; Saúde, higiene e segurança no trabalho;

são algumas das reivindicações que os trabalhadores dos hotéis Sheraton, do Marriot, do Corinthia, do Tivoli, do Ritz, do Sheraton e da Unitrato.

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Sul deu corpo a estas reivindicações.

QUE FUTURO PARA A ICNM?

São muitas as razões que justificam a apreensão existente acerca do futuro da Imprensa Nacional / Casa da Moeda. Neste momento, decorrem oito auditorias em diversos departamentos e secções, que, aparentemente, tem como objectivo, avaliar a “viabilidade económica da empresa”. Também a progressiva destruição de postos de trabalho, assente em despedimentos encapotados e reformas antecipadas, processo que se tem desenrolado de forma regular e constante, acarreta novas e preocupantes realidades no que diz respeito ao futuro da INCM.

É legítimo questionarmo-nos acerca das reais intenções destas “auditorias”. Pretende-se o desmembramento da empresa e a entrega a privados das áreas mais rentáveis, como aliás já sucedeu

no passado com a III série do Diário da República? Pretende-se justificar a redução de postos de trabalho com base na “não rentabilidade” de algumas áreas da empresa? Se assim é, por exemplo, quem se deve responsabilizar pelo acentuado decréscimo de volume de trabalho no Departamento Gráfico? Certamente que não serão os trabalhadores, pois é certo e sabido que as opções comerciais da empresa para esta área têm sido, no mínimo, desastrosas. Também a inoperacionalidade de algumas máquinas da amoedação que, inexplicavelmente, se encontram nesta situação por falta de manutenção, reforçam as apreensões dos trabalhadores em relação ao futuro da empresa e dos seus postos de trabalho.

A par disto, a imposição de uma ‘polivalência’ desregrada, a ameaça de retirada de turnos e

outras formas de (re)pressão, têm sido geradoras de um grande descontentamento entre os trabalhadores. A Administração da INCM chegou mesmo a assumir uma postura persecutória, ao tentar, através do DRH, obter os nomes dos trabalhadores que fizeram greve nas recentes jornadas de luta. Este tipo de comportamento é inaceitável! Não é partindo para a ameaça, mais ou menos velada, que a Administração vai alcançar os seus intentos de desmembramento da empresa, tendo em troca o silêncio dos trabalhadores. O passado de luta da empresa já provou que não é assim.

A célula dos trabalhadores comunistas da INCM tem consciência do futuro incerto que se avizinha e exorta os trabalhadores à luta pela defesa dos seus postos de trabalho e dos seus direitos adquiridos.



Por uma grande votação na CDU

O ano de 2009 que temos pela frente é um ano de duros e complexos combates também no nosso país e que vai exigir uma grande mobilização e um forte envolvimento de todos os trabalhadores para fazer frente à política de direita e lutar pela construção de uma alternativa de esquerda para o país.

Várias frentes estão abertas no grande combate que estamos a travar para criar as condições para a necessária mudança de rumo na vida do país.

Temos três eleições pela frente e num curto espaço de quatro meses. A aguda crise económica e social do sistema capitalista tenta transferir para os trabalhadores e para o povo os seus custos e as suas devastadoras consequências. Temos pela frente a inevitável tarefa de mobilizar e dinamizar a luta de massas contra a política de direita do governo do PS.

Temos de travar grandes combates, este ano mais do que nunca, mobilizando todos os trabalhadores para o necessário e imprescindível reforço político, social e eleitoral da CDU, condição essencial para a mais decisiva questão nacional — a ruptura com a política de direita.

A luta é determinante, mas não podemos subestimar as batalhas eleitorais que se avizinham para o Parlamento Europeu, a Assembleia da República e para as Autarquias. E para travar com sucesso a primeira grande batalha eleitoral que é a do Parlamento Europeu.

A primeira das três batalhas eleitorais que temos pela frente — as eleições europeias — assumem uma importância que vai muito para além das questões europeias. Vamos eleger deputados ao Parlamento Europeu é certo, mas como cada um de vós pode bem testemunhar, aqueles que em Portugal ou apoiam ou concretizam as políticas



de direita são os mesmo que lá em Bruxelas concebem, defendem e executam as imposições desta União Europeia imperialista, militarista e federalista.

São os mesmo que lá, tal como cá, fazem as alianças da direita com a socialdemocracia para avançar nas políticas de privatização de sectores estratégicos e de serviços públicos, de ataques aos direitos dos trabalhadores, e de intensificação da sua exploração, de destruição do aparelho produtivo nacional. Tal como cá, também lá eles manobram para alimentar os lucros e as fortunas do grande capital, em nome de um suposto combate à crise, avançando simultaneamente com as políticas que agravam as desigualdades sociais e territoriais, que estão na origem do aumento do desemprego e da pobreza e que tentam incutir nos trabalhadores o medo, o conformismo e a resignação.

Estas eleições europeias são importantes por serem as primeiras e constituem a continuação natural da luta do povo português.

Para imprimirem à dinâmica eleitoral a afirmação da ruptura com a política de direita que só o PCP e a CDU podem garantir, e para desmascararem aqueles que se proclamam de esquerda “radical” mas são defensores de uma União Europeia imperialista

Em causa nestas eleições estão questões tão fundamentais e concretas como os direitos laborais, os salários, o tempo de trabalho, a luta contra a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, a sobrevivência da economia portuguesa, da nossa agricultura e das nossas pescas e, claro, a defesa da nossa soberania.

É perante esta realidade que o dia 7 de Junho tem que ser encarado como o dia de mais uma jornada de luta dos trabalhadores e do nosso povo!

Elas são a grande oportunidade para os portugueses expressarem, através do voto, uma clara condenação da política de direita e da acção do governo do PS aqui no país e na Europa, e reforçar e dar mais força à CDU — com mais votos e mandatos — a grande força eleitoral da esquerda portuguesa.

Ficha de Contacto

Nome: _____
 Morada: _____
 Telefone: _____
 Telemóvel: _____
 Empresa: _____

Envia esta ficha para:
 Av. Liberdade, 170 - Lisboa
 ou para o email: dorlpcp@dorl.pt.